



Oficina “Ouvidorias Externas das Defensorias Públicas: fortalecendo a participação popular para o Acesso à justiça em tempos de crise”

Data: 08 de abril de 2021

Horário: 18:30- 21:40

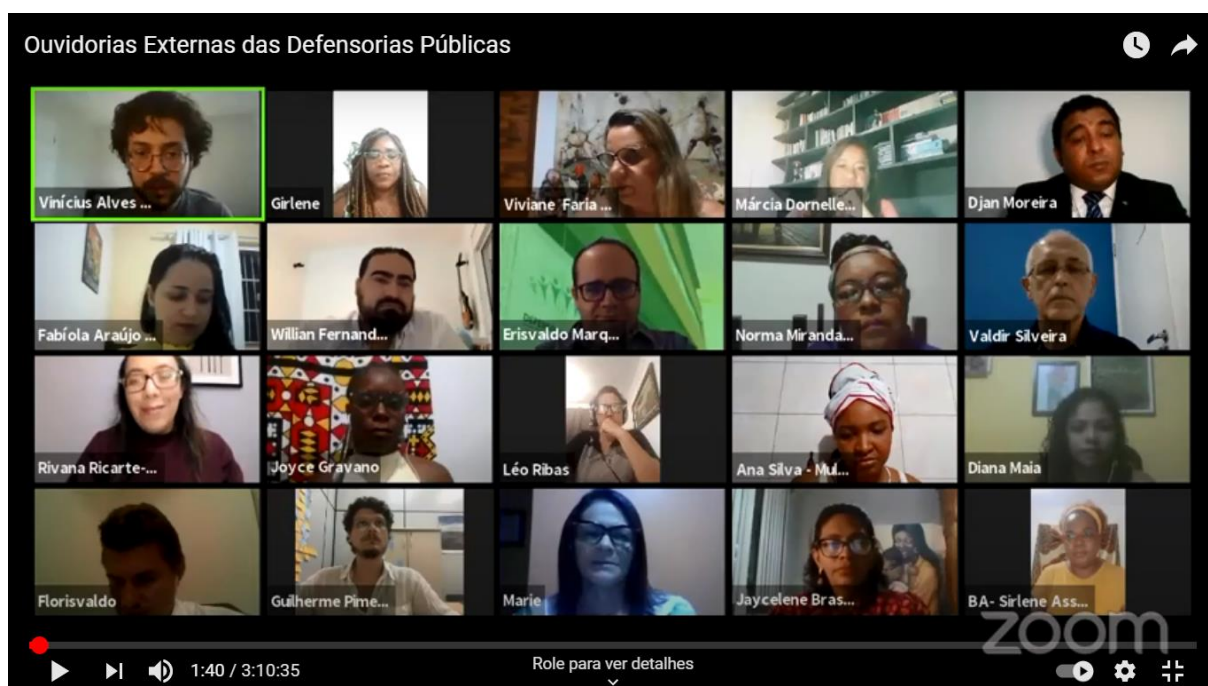
Participantes

- Padre Valdir João Silveira, Conselho Consultivo da Ouvidoria, abordando a questão carcerária;
- Léo Ribas, Liga Brasileira de Lésbicas;
- Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante, Comissão Justiça e Paz CNBB Norte 2;
- Jaycelene Maria da Silva Brasi, Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre (CDDHEP);
- Viviane Fernandes Faria, Rede Primeira Infância do Piauí;
- Márcia Dornelles, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher da Paraíba;
- Joyce Gravano, Coletivo Eu Sou Eu-A Ferrugem e Niyara Espaço de Acolhimento e Aprendizagem;
- Adriano Karipuna, povo Indígena Karipuna;
- Adílson Alves Machado, Comissão Pastoral da Terra de Rondônia;
- Ana Rosa Coelho Silva, Mulheres de Axé do Brasil - Núcleo Maranhão, Ilê Ashé Ogum Sogbô e Federação dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Maranhão (FAFERMA);
- Girlene Santana, União de Negros pela Igualdade;
- Diana Maia, Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP e Articulação das Pastorais Sociais, CEBs e Organismos;
- Társila Flores, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura;
- Núbia Patrícia Oliveira, Associação de Espinha Bífida do Mato Grosso;
- Norma Miranda Barbosa (Ouvidora da Defensoria Pública do Pará);
- Djan Moreira (Ouvidor da Defensoria Pública do Piauí);
- Antônia Araújo (vice presidenta do Conselho Nacional de Ouvidores e Ouvidora Externa da Defensoria Pública do Ceará);
- Thiago Hoshino (Ouvidor da Defensoria Pública do Paraná);
- Sirlene Assis (Ouvidora da Defensoria Pública do Acre);
- Daniel Vargas de Farias (Ouvidor da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul);
- Maria do Céu C. Palmeira (Ouvidora da Defensoria Pública da Paraíba);
- Fabiola Araújo (Ouvidora da Defensoria Pública do Maranhão);
- Guilherme Pimentel (Ouvidor da Defensoria do Rio de Janeiro);
- Cristiano Nogueira (Ouvidor da Defensoria Pública do Mato Grosso);
- Solene Oliveira da Costa (Ouvidora da Defensoria Pública do Acre);

- Florisvaldo Fiorentino, CONDEGE
- Rivana Ricarte, ANADEP;
- Marcus Edson de Lima, Colégio Nacional de Corregedores de Defensorias Públicas do Brasil
- Willian Fernandes, Ouvidor-geral da Defensoria Pública de São Paulo
- Vinícius Alves, articulador do Fórum Justiça

INTRODUÇÃO

O Fórum Justiça, em parceria com o Conselho Nacional de Ouvidorias, promoveu o debate “Ouvidorias Externas das Defensorias Públicas: fortalecendo a participação popular para o acesso à justiça em tempos de crise”. Os facilitadores da oficina, Willian Fernandes, Ouvidor-geral da Defensoria Pública de São Paulo e Vinícius Alves, articulador do Fórum Justiça, abriram o debate com o questionamento: “quais são os desafios da Defensoria Pública no contexto da pandemia?”. As reflexões visaram expandir o diálogo e dar voz às lideranças dos movimentos sociais para que pudessem expressar as dificuldades que vêm sendo encontradas pelos grupos sociais no acesso à justiça no cenário atual e assim pensar as respostas que as Ouvidorias Externas e as Defensorias Públicas podem oferecer. Ademais, o debate levantou reflexões e propostas para a ampliação e melhoria das ouvidorias externas para que possam auxiliar os grupos mais vulneráveis, considerando o aprofundamento das desigualdades ocasionado pela pandemia da Covid-19 e a crise política e econômica, e também como superar esses obstáculos a nível nacional.



DEMANDAS E PROPOSTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O presente tópico apresenta as demandas e as propostas apresentadas pelas lideranças dos movimentos sociais estruturadas por campo temático¹.

- ***A questão carcerária***

A primeira preocupação levantada no que tange à questão carcerária foi a situação dos defensores públicos da área penal, tendo em vista que além de serem poucos, grande parte não possui um espaço digno de trabalho, sendo assim, um tema que merece atenção dos demais. Também foi trazido para debate os grandes problemas e desafios do sistema carcerário no Brasil, e a importância de olhar para o tema a partir de um recorte de raça, pois a maioria das pessoas privadas de liberdade no Brasil são negras e periféricas. Da mesma forma, foi levantada a dificuldade de comunicação que existe entre os presos e seus familiares durante a pandemia, já que além do risco sanitário, não há materiais básicos para escrever cartas.

Foram levantadas também algumas experiências bem sucedidas e recomendações. No caso do Rio de Janeiro, foi destacado o impacto positivo causado pela aproximação das ouvidorias com os coletivos no atendimento aos familiares e aos egressos, por exemplo, atuando como intermediários entre a população que não possui acesso à internet e os órgãos públicos que estão atendendo remotamente. Apesar disso, o esforço ainda não é o suficiente já que existe uma falta de estrutura que possibilite atendimento a todos que necessitam.

Ademais, foram apresentadas propostas provocativas relativas à situação dessa população na atual crise pandêmica. A primeira proposta concerne ao atendimento jurídico para os presos condenados e provisórios e a realização de inspeções de saúde, visando também averiguar o andamento da vacinação dentro do sistema penitenciário. Para tal, foi sugerido que as ouvidorias solicitem às defensorias públicas um relatório sobre a situação atual dos presos. A segunda proposta apresentada foi a criação de um manual de segurança sanitária que viabilize a inspeção dos presídios durante a pandemia, reforçando a importância das vistorias. Outrossim, foi apontada a importância dos Conselhos de Comunidade, e como

¹ O objetivo deste tópico é facilitar a leitura, no entanto, a divisão temática não possui um caráter excludente já que grande parte das pautas conversam entre si.

sugestão, a realização de *lives* entre ouvidorias, corregedoria e os conselhos da comunidade objetivando dar voz aos representantes. Por fim, para facilitar a comunicação entre os presos e seus familiares, foi sugerida uma articulação para possibilitar a realização de videochamadas.

- ***Direitos Humanos***

A exposição sobre a temática dos direitos humanos foi ampla e apresentou os desafios para o Brasil, levando em consideração a necessidade de olhar mais cuidadosamente para a região amazônica – necessidade levantada também nos temas sobre exploração infantil e a questão latifundiária – principalmente na atual conjuntura, já que é uma região historicamente silenciada e invisibilizada, que atualmente sofre dificuldades para receber vacinas, e quando recebe enfrenta problemas na distribuição. No entanto, esse olhar precisa considerar que é uma região rica e diversa e, por isso, cada localidade merece ser analisada de acordo com suas especificidades, como bem lembra a citação do Boaventura de Souza Santos mencionada na oficina: *“Luta pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.”*

Na pauta, foi denunciado o grave cenário da pandemia no Acre, estado com 800 mil habitantes, aproximadamente 71 mil infectados por covid-19 e 1.318 mortos, e somado a isso, com uma agenda de vacinação extremamente atrasada. Para responder a essa demanda, é preciso adotar um planejamento com um ponto de vista mais humanizante.

Ademais, como desafios colocados às defensorias públicas em relação às ouvidorias, se apresentam: a expansão das ouvidorias, atualmente com um déficit significativo, existindo somente 14 no país inteiro; a criação de defensorias públicas no Acre, que atualmente só conta com cinco. Além desses, o maior desafio identificado é interno, direcionado aos membros da defensoria pública, que devem compreender a razão de ser da ouvidoria, pois *“só se propõem melhorias para o que se conhece.”* Esses profissionais também devem ter uma visão mais ampla de mundo, entendendo que, apesar dos Direitos Humanos serem universais, há uma interseccionalidade dos corpos violados que precisa ser considerada, visando assim a melhoria do atendimento humanizado das defensorias e ouvidorias.

- ***Mulheres***

Foi consenso que as desigualdades sociais históricas, o racismo e o machismo foram evidenciados e aprofundados com a chegada da pandemia, em parte devido à falta de políticas

públicas. Durante a pandemia, o número de casos de violência contra a mulher aumentou significativamente devido à intensa convivência, que aumenta o comportamento agressivo dos companheiros. Além disso, há sobrecarga no trabalho do cuidado – enfermeiras, domésticas, cuidadoras, etc. –, que sempre recaiu sobre a mulher, devido a um aumento da carga das tarefas do lar que também recai sobre esse grupo. Nesse cenário, foi lembrada a importância de entender que apesar das mulheres terem sido um dos grupos mais impactados, **mulheres diversas foram afetadas de maneiras diversas**. Destarte, a pergunta colocada foi: “O que falta pra que façamos algo para esse público?”. Dentre os problemas identificados encontram-se: o aumento do feminicídio; insegurança alimentar; e o fechamento do serviço de alimentação das escolas.

Dentre as propostas de solução estão: 1) implementar estratégias para empoderamento, como programas de transferência de renda para essas mulheres, visando mitigar o impacto da pandemia, e apoio para que se recuperem e desenvolvam resiliência para o momento de crise; 2) garantir a continuidade dos serviços essenciais de resposta à violência contra as mulheres, criação de novas modalidades de prestação de serviço relacionadas ao mesmo tema, e apoio às organizações especializadas; 3) levar em consideração as diferenças de mulheres nos projetos de recuperação de médio e longo prazo para fortalecer medidas de prevenção, resposta e recuperação.

○ ***Lésbicas (comunidade LGBTQI+)***

A pauta das mulheres lésbicas evidenciou que o acesso à justiça sempre foi difícil para esse grupo. Essa dificuldade se inicia no registro do boletim de ocorrência, já que na ficha de registro não há campo para tipificação de crime de lesbofobia, e demais relacionados à comunidade LGBTQI+. Somado a isso, em muitos casos os próprios escrivães ofendem as vítimas. Destacou-se que a cada quatro horas uma mulher lésbica é vítima de estupro no Brasil.

As lésbicas também vivenciaram um aumento no número de casos de violência durante a pandemia de covid-19. Esse cenário é ainda mais grave quando pensamos em mulheres lésbicas negras e periféricas. De acordo com a Liga Brasileira de Lésbicas, em 2020 foram atendidas pela Liga 83 mulheres vítimas de violência, sendo 21 casos de estupro corretivo, as mulheres negras representando 61% das vítimas. Outro problema identificado pelo coletivo é que muitas mulheres não realizaram as denúncias por medo de retaliações ou

por dependerem do seu agressor. A ouvidoria do estado do Paraná atuou em alguns casos por meio do ouvidor Thiago Hoshino e sua articulação com os movimentos sociais. Esse canal de diálogo foi reconhecido como extremamente relevante no acesso à justiça no estado.

Ademais, foi lembrado o caso da Thaylane Santos,² jovem de 16 anos agredida em 2019 e que atualmente é protagonista de uma luta jurídica para garantir seus tratamentos de saúde. O caso foi atendido pela Defensoria Pública de Goiás. Por fim, a líder representante, Léo Ribas, pediu para que o sistema de justiça continue seu trabalho, intervenha e seja mais incisivo na atuação contra a barbárie.

“Estamos numa necropolítica que já escolheu seus alvos prioritários[...]”

○ *Negras*

Falar da situação atual das mulheres negras é entender que as problemáticas apontadas anteriormente são exponenciadas nesse grupo social, como evidenciado no debate sobre as mulheres lésbicas. Pensar na mulher negra no cenário pandêmico é pensar na própria estrutura do país e no lugar que lhe foi atribuído no processo histórico. Como citado anteriormente, o trabalho relacionado ao cuidado sempre esteve ligado às mulheres, mas principalmente às mulheres negras. Nessa estrutura, são evidentes os eixos de subordinação e exploração nos recortes de gênero, raça e valor do trabalho. É preciso lembrar que a primeira morte por covid-19 no Brasil foi uma mulher negra, empregada doméstica.

No debate foi destacado que quando se olha os índices de pauperização do Brasil se observa que o elo mais frágil é composto por esse grupo. Grande parte dessas mulheres são chefes de família, são as mais afetadas pelo trabalho não remunerado e são as principais vítimas dos problemas identificados previamente, como feminicídio e insegurança alimentar. Da mesma forma, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são as que mais sofrem com a falta de saneamento básico e estrutura de modo geral. Além disso, quando se fala nos grupos de risco, doenças como diabetes hipertensão, asma e problemas cardiovasculares, afetam mais à população negra, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS).³

• *Comunidades tradicionais*

² <https://glo.bo/3t4yvHL>

³ <https://www.brasildefatoce.com.br/2020/08/28/mulheres-negras-sao-mais-afetadas-pelas-condicoes-impostas-pela-pandemia>

○ *Povos indígenas*

Na questão indígena duas problemáticas foram colocadas como elementos que dificultam o acesso desses povos aos seus direitos mais básicos: a falta de respeito e o preconceito (etnocentrismo). Esses dois fatores afetam tanto os povos que já possuem território homologado quanto os que ainda buscam sua homologação. Uma provocação importante feita na exposição é a defesa da floresta feita pelos povos indígenas. Muitas vezes essa defesa é entendida por muitos como uma defesa em benefício próprio, e questionam “para que esses índios querem tanta terra?”, no entanto, não entendem que essa floresta preservada servirá para todos, já que muitos territórios ficam em nascentes de rios, lençóis freáticos e possuem igarapés importantes, como os que abastecem o rio madeira, que por sua vez possui duas hidrelétricas. Sem floresta não há rios cheios.

Outra provocação importante foi a caracterização dos adversários dos povos indígenas, sendo os que apoiam a PL910, que legitima a grilagem em terras públicas, e a PL6232, que legitima a invasão do território indígena. Nessas situações, não se perguntam “para que tanta terra para pouco fazendeiro?”. Nesse sentido, foi apontado que atualmente existem muitas florestas desmatadas com o objetivo de aumentar a produção de gado, grãos e até piscicultura, e assim, aumentar as exportações. Mas, o que se vê é que, na realidade, esses territórios desmatados não possuem pastos e nem gados.

Por outro lado, os indígenas sofrem de preconceito nas universidades, apesar do direito adquirido de cotas, argumentando que essa população estaria roubando a vaga dos demais candidatos. Somado a isso, há casos de fraude de cotas por não indígenas, questão que já vem sendo cobrada no Ministério Público Federal.

No que toca a situação desses povos durante a pandemia de covid-19, foi lembrado que essa população é historicamente vulnerável aos vírus, e casos como hepatite e sarampo já dizimaram povos. Apesar dos fatos históricos, a política atual defende que a população indígena não é vulnerável e por isso não entram no grupo de risco. O que se observa, na verdade, é que com a falta da barreira sanitária a maioria dos indígenas que contraíram a covid-19 chegaram a óbito, muitos não conseguiram nem mesmo ser atendidos. Citando o Relatório Figueiredo, é reforçada a necessidade do ministério da saúde e demais autoridades públicas entenderem que esses povos são vulneráveis ao vírus.

Outro argumento que tem colocado em risco a vida dessa população é o preconceito referente à vacinação dos povos indígenas, atualmente atrasada. A liderança denunciou que o ministério da saúde e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) estão argumentando que somente indígenas com território homologado e que nele habitam têm direito a vacinação. Nesse sentido, vemos mais uma vez um **olhar colonizador** do governo para essa população. Existe um forte preconceito com os indígenas que moram na cidade, que por essa razão têm os seus direitos questionados, como se mudar de localidade alterasse quem eles são.

Ademais, essas populações ainda sofrem com o negacionismo e as *fake News*, que visam diminuir a importância da vacinação. Também, foi apresentado o preconceito que esses povos sofrem quando precisam de atendimento hospitalar, além de não terem hospitais nas aldeias, quando procuram hospitais públicos são destratados pelos médicos. Por fim, foi pedido aos procuradores e aos ouvidores que olhem para questão indígena com mais atenção, buscando também entender os tipos de dificuldades que essa população enfrenta quando começa a viver nas cidades.

- **Comunidades tradicionais pesqueiras**

As comunidades tradicionais pesqueiras vêm enfrentando grandes desafios assim como os demais movimentos sociais. A ameaça sofrida por essas comunidades tem origem anterior à pandemia, com o desmantelamento de órgãos como a Funai e o ICMBIO, mas se aprofundou com na atual crise. No caso do Ceará, foi apontado como problemática a ganância por territórios, e nas sociedades costeiras a extração de petróleo. Há uma situação de ameaça dos direitos socioambientais dessas populações, por exemplo, nas comunidades pesqueiras com a revisão da Lei de Pesca, e demais mudanças legislativas. Foi colocada a necessidade de diálogo com a Defensoria Pública e os ouvidores para a construção de um manifesto e a articulação de ações para imunizar toda a população, indo contra as tentativas de privatização da vacina que ameaçam o atual planejamento, já extremamente frágil, e reforçando a defesa e a importância do SUS. Outros desafios colocados foram as dificuldades de acesso à informação e o uso do recurso do PNAE para compra de merenda, que não se sabe para onde está indo.

- **Posseiros, acampados e sem terra**

A luta da população sem terra também perpassa pela questão da preservação ambiental e da preocupação com as nascentes. A liderança presente situou a problemática na região amazônica do cone sul de Rondônia, localidade em constante conflito e disputas por terra. A primeira denúncia trazida para debate foi o desmatamento realizado pelo agronegócio para produção de algodão, soja e cana de açúcar, e a intensa atuação do estado na realização de despejos e ações de posse em terras públicas na região, mesmo durante a pandemia. Esse problema não é recente, desde 1990 a região se tornou palco de chacinas e mortes relacionadas ao conflito agrário, prejudicando o trabalho dos movimentos sociais, tendo em vista que muitas lideranças são criminalizadas ou assassinadas.

Além disso, a repressão do estado por meio da polícia militar tem se intensificado, colocando a população contra os acampados e os posseiros. A título de exemplo, a liderança da Comissão Pastoral da Terra, Adilson Machado, relata que no início da ocupação foi despejado três vezes do assentamento em que vive, e que atualmente muitos companheiros têm sido despejados. Ademais, denunciou que durante a pandemia, 40 famílias foram despejadas da área em que viviam há mais de dez anos, pois é um espaço visado pelos fazendeiros. Essa área é atualmente considerada pelo INCRA como terras da união, os contratos já tinham sido cancelados por inadimplência de empresários do Paraná que grilavam as terras.

Foi apontado que a migração dos produtores de soja da região sul do país para Vilhena facilitou a expansão do agronegócio no estado de Rondônia. Essa expansão é considerada a causadora dos conflitos na região. Além disso, denunciou que o secretário de regularização fundiária realiza visitas diárias para negociar com a Associação de Produtores de Soja, prejudicando os agricultores posseiros.

No mais, apesar da defensoria pública estar realizando um bom trabalho por meio da ouvidoria e sua excelente articulação com outros órgãos, muitas vezes esse trabalho não é o suficiente. O judiciário continua realizando despejos em meio a pandemia ao mesmo tempo que decreta toque de recolher e distanciamento social, demonstrando uma enorme incoerência. Por fim, denunciou que o Incra não tem interesse em resolver a situação dos posseiros, acampados e sem-terra, muitas vezes ajudando a promover a situação de descaso. A liderança destacou a importância da implementação de ouvidorias em todos os municípios do cone sul, já que esse mecanismo de diálogo apresentou resultados positivos no acesso dos povos do campo ao judiciário.

- ***População negra e população periférica***

A problemática do racismo institucional foi presente na fala de diversas lideranças. Em grande parte, isso se deve à construção deficitária da cidadania no Brasil, que deixa os pobres e os negros duplamente em situação de vulnerabilidade. É evidente que pensar o acesso à justiça no Brasil demanda necessariamente enfrentar o cenário de exclusão social e o racismo. A população negra no Brasil está na base da pirâmide social, vive com seus direitos mais básicos negados. Isso reverbera na busca e acesso aos outros direitos, pois sem educação como você compreende e busca mecanismos para garantir seus direitos? direitos esses que fazem parte do processo de cidadania. Nesse cenário se insere a ouvidoria, que surge para estar próxima dessas comunidades periféricas, que lutam cotidianamente contra o sistema que os insere em um local de descuido e exclusão. A ouvidoria realiza esse papel de escuta, ocupando os espaços de poder com sensibilidade para dar retorno às demandas dessa população. É preciso entender que o direito é para todos, e a população negra precisa se apropriar desse direito.

A pandemia evidenciou diferenças sociais que já eram de conhecimento de todos, afirmou mais uma vez que negros morrem, vivem e trabalham em condições precárias. A população negra é a que mais morre de covid-19 e a falta de políticas públicas agrava esse cenário. A população negra e periférica é obrigada a sair e trabalhar e cotidianamente tem que pegar ônibus lotados e arriscar a sua vida.

A problemática das operações policiais durante a pandemia também foi colocada em debate. Em 2020, pela ADPF 635, foi aprovada uma liminar que impede ações policiais nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia. No entanto, foi denunciado que essa liminar não tem sido respeitada, como aconteceu com a morte do João Pedro de 14 anos, vítima de uma operação policial em maio de 2020. Por fim, foi apontada importância da articulação da sociedade civil na busca de soluções efetivas por meio de políticas públicas.

- ***Quilombolas e povos de terreiro***

A questão quilombola e dos povos de terreiro apresentada teve como foco principal a região do Maranhão, que possui o maior número de comunidades quilombolas certificadas. A primeira denúncia apresentada foi a falta de atendimento devido aos povos de terreiro durante a pandemia, que foram desprezadas bem como as comunidades indígenas e rurais. Da mesma

forma, os povos quilombolas possuem grandes problemas na pandemia, como, invasões, falta de acesso aos hospitais e postos pois foram fechados, manipulação e expulsão dos seus territórios. Em Alcântara, as 158 comunidades quilombolas sofrem com ataques da base área. A liderança também denunciou que apesar das comunidades conseguirem a certificação pela Palmares, elas ainda não têm seus direitos constitucionais sendo implementados.

No mais, essa população enfrenta problemas de acesso à justiça, aprofundados na conjuntura atual, entre eles: aumento da situação de fome, ameaças de morte sofridas por lideranças, impedimentos para realização da agricultura familiar, pesca artesanal e acesso à moradia. Essa situação não é vivenciada somente pelos quilombos em áreas afastadas, o quilombo de São Luiz, por exemplo, segue sendo marginalizado. Os povos de terreiro também não encontram nenhum tipo de amparo na situação atual, nem mesmo a prioridade na vacinação, mesmo que dentro dos terreiros exista uma predominância de pessoas mais velhas.

Nesse sentido, foi reforçado o papel primordial das ouvidorias no auxílio dessas comunidades, possibilitando que as demandas cheguem efetivamente nas defensorias públicas. No entanto, foi apontado que infelizmente muitos defensores não realizam o atendimento da forma devida, em muitos casos tratando mal os atendidos, impedindo que suas demandas e seus relatos sejam ouvidos. Ademais, a liderança apontou que muitas secretarias de direitos humanos estão ‘brincando’ com as comunidades tradicionais de fazer políticas públicas, no entanto, sem garantir o mínimo, como alimentação, acesso aos serviços de saúde e moradia. Também, foi destacada a necessidade da implementação de ouvidorias em todos os estados, pois “precisamos ouvir a dor do outro, mas também precisamos lutar”, que o Fórum Justiça, todos os defensores e todos os ouvidores olhem para essa população, e que os movimentos sociais presentes se unam.

- ***Pessoas com deficiência (PCDs)***

Foi destacado o trabalho realizado pela ouvidoria do estado do Mato Grosso durante a pandemia, em parceria com o governo do estado, empresas privadas, conselho estadual de assistência, conselho estadual da pessoa com deficiência e a superintendência da pessoa com deficiência do estado do Mato Grosso. Por meio do projeto “ouvidoria solidária”, foram arrecadados alimentos, álcool em gel e máscaras para distribuição em comunidades quilombolas e de catadores de materiais recicláveis.

Mais uma vez a questão das vacinas foi considerada central. As pessoas com deficiência não estão incluídas no processo de vacinação e não são consideradas grupo prioritário, mesmo sendo parte do grupo de risco. Foi demandado ao ouvidor ajuda para conseguir incluir esse grupo na lista prioritária de vacinação. Foi apontado que existem vários relatos de óbitos por covid-19 de pessoas com deficiência.

- ***Crianças, adolescentes e Primeira infância***

No debate foi também colocada a importância da defesa das crianças e adolescentes principalmente no contexto da pandemia, pois a exploração e a violência sofrida por esse grupo foram agravadas, além do aumento da miséria e da fome, o que os deixa em uma situação ainda mais difícil. Ademais, foi criticado o descaso e a ausência do estado nessas questões, bem como a falta de defensores públicos e ouvidorias em muitos municípios do Amapá e do Pará.

As experiências de *stress* tóxico – situações de extrema violência, fome, abandono e maus cuidados –, agravadas na pandemia geram consequências no âmbito psicológico, neurológico e social, para o resto da vida, e possuem efeitos mais danosos durante a primeira infância, período que compreende os primeiros seis anos de vida. Foi evidenciado o papel fundamental das escolas como mecanismo de denúncia da violência, e a importância de uma ouvidoria que esteja próxima dos operadores de creches e maternidades. As questões provocativas apresentadas foram: “como a ouvidoria tem ouvido de fato esse grupo que muitas vezes nós que temos que ir atrás?”, e “de que forma nós vamos potencializar esses instrumentos de proteção à primeira infância?”. Ademais, foi mencionado que a militância da primeira infância tem que abarcar as crianças com deficiência e o direito à inclusão social.

Foi ressaltada a ação do coletivo Frente Nordeste Criança, uma ação do Projeto Mandacaru que conta com a representação de nove estados do nordeste e que trabalha com a questão da violência contra as crianças durante a pandemia.

ENCAMINHAMENTOS

A vice presidenta do Conselho Nacional de Ouvidores e ouvidora da Defensoria Pública do Ceará, Antônia Araújo, destacou cinco temas mais recorrentes e que devem ser tratados com urgência:

- 1) A vacinação. É preciso observar de perto como está sendo feita a aplicação, os planos de vacinação, e garantir que as vacinas cheguem à população. Além disso, é preciso estar atento às tentativas de enfraquecimento do SUS, como a privatização e a questão das empresas ‘furarem a fila’ da vacinação.
- 2) Os despejos durante a pandemia. É preciso que os tribunais realizem uma força tarefa para evitar os despejos. É preciso nos unir na denúncia do projeto genocida do qual estamos diante nessa pandemia.
- 3) O aumento da fome no país. É sabido que o valor do auxílio emergencial oferecido pelo congresso é irrisório. O povo precisa refletir o significado do voto nas eleições para senadores e deputados.
- 4) O combate ao racismo. As denúncias mostram que o racismo mata o povo brasileiro, seja de covid-19, de fome ou de abandono. Nesse sentido, as defensorias e ouvidorias possuem papel fundamental no combate ao racismo institucional.
- 5) A necessidade de mais ouvidorias no país, pois elas vêm desempenhando um papel fundamental. É de extrema importância que sejam implementadas em todos os estados.

Por fim, foi mencionado que as questões trazidas ao longo do debate são extremamente complexas e com raízes históricas e, portanto, necessitam de uma abordagem integradora, unindo não só os movimentos sociais e as instituições de justiça, mas também o setor acadêmico.